



**AESE**  
ESCOLA DE DIRECÇÃO  
E NEGÓCIOS

Publicação: quinzenal  
Director: J.L. Carvalho Cardoso  
Editor e Proprietário: AESE  
Impresso por: Cromaticamente  
Depósito legal: nº 21228/88  
Preço: €1

# CORREIO DA AESE

23º Ano

Nº 552, 1-3-2011

PANORAMA

## Campanha na Europa contra os castigos corporais às crianças

O Conselho da Europa (CE) encetou há alguns meses uma campanha a pedir a abolição dos castigos físicos às crianças no continente - algo já concretizado por 20 países membros -, incluindo o âmbito doméstico, sem distinguir entre os maus tratos propriamente ditos e as bofetadas ou açoites que os pais podem dar. A mesma proibição completa, instaurada em 2007, é motivo de polémica na Nova Zelândia.

Foi montada uma exposição no edifício da Assembleia Parlamentar do CE, em Estrasburgo, tendo-se também realizado um debate público na sede do Comité de Ministros.

A Suécia foi o primeiro país a proibir os castigos corporais a crianças em todos os âmbitos, lar incluído, há 30 anos. Em 2004, a Assembleia Parlamentar do CE aprovou uma resolução a pedir que se adoptasse a mesma medida em todos os Estados membros. Com o mesmo objectivo, em 2008, o CE inaugurou a campanha «Levez la main contre la fessée!» / «Raise your hand against smacking», que num e no outro idioma emprega palavras referentes a bater com a mão. O lema é: «Bater num adulto é considerado uma agressão. Bater num animal é considerado uma crueldade. Bater em crianças é para o seu bem.»

Dos países que não aboliram por completo os castigos físicos, oito, quase todos ex-comunistas, comprometeram-se a fazê-lo, e todos estes, menos um (República Checa), já os proibiram na escola e só os permitem no lar. Na mesma situação se encontram também quase todos os dezoito países restantes, sem proibição nem compromisso. Somente a França e a Turquia não os proibiram em nenhum dos dois âmbitos.

A Grã-Bretanha, um dos dezoito, permite as bofetadas a crianças pelos pais e nalguns casos especiais (certos centros de custódia de crianças). O conselheiro independente do governo sobre segurança das crianças, Sir Roger Singleton, apresentou um relatório a recomendar o alargamento da proibição a todos os âmbitos menos no lar. Na sua opinião, abolir por lei até as ligeiras bofetadas ou açoites que os pais podem dar, a fim de proteger as crianças de maus tratos, seria excessivo e impraticável. E nos países onde foram proibidos, de facto nem se erradicaram, nem as autoridades perseguem tais castigos leves.

O ex-ministro da Família e Educação, Ed Balls, subscreveu na altura a proposta, que qualificou de «solução sensata e proporcionada». Ao que a vice-secretária-geral do CE, a holandesa Maud de Boer-Buquicchio, replicou que os direitos humanos, entre os quais ela conta a imunidade das crianças aos castigos físicos, não admitem excepções.

Mas, Balls teve nos seus últimos tempos de se ocupar mais com a disciplina escolar do que com a doméstica, e não por se praticarem os castigos corporais, pois não são permitidos nas escolas. Na Grã-Bretanha, como noutros países, os maus tratos na escola (violência, assédio) costumam ser de alunos contra discípulos ou professores. Por isso, o Ministério achou conveniente esclarecer que a proibição de castigos físicos não impede que os professores empreguem uma «força moderada», se necessário, para impedir danos a pessoas ou ao material escolar.

O Conselho da Europa quer promover o «exercício positivo da parentalidade», que descreve, entre outras características, como um modo de educar sem recorrer à violência. Nos folhetos e restante documentação da campanha há uma certa ambiguidade sobre se as palmadas correntes, que não causam dano nem deixam sinais, estão ou não incluídas entre os castigos a proibir. O debate centrou-se na definição do limite do tolerável e se vetar por lei os castigos físicos, inclusivamente por parte dos pais, constitui uma intromissão do Estado na vida familiar.

Este último aspecto é o que defendem os pais neozelandeses opositores da lei que desde 2007 os proíbe de usar castigos físicos aos seus filhos. Os discordantes são maioria, de acordo com uma sondagem publicada no ano passado. O mesmo tinha sido

patente em Agosto de 2009 num referendo não vinculativo: cerca de 90% dos votos foram contra.

A contestada medida eliminou do Código Penal a cláusula que excluía do delito de maus tratos a crianças a aplicação de uma força moderada para corrigir um filho. O motivo era que a excepção podia resultar num crivo que desse cobertura a maus tratos. Também se pretendia um efeito pedagógico que prevenisse a violência doméstica contra as crianças difundindo a ideia de que bater-lhes não é um bom recurso pedagógico e que são preferíveis outros castigos. Com a proibição geral, a polícia tem maior facilidade para intervir, mas ao mesmo tempo é-lhe concedida uma ampla margem para o fazer ou não, a fim de que não se persigam factos sem importância.

Os opositores replicam que isso é insegurança jurídica, pois o que se permite aos pais fica ao arbítrio da polícia e dos organismos responsáveis pela protecção da infância. O governo, por seu turno, alegou que desde a entrada em vigor da lei somente foram processadas duas pessoas, o que por outro lado parece um sintoma da escassa utilidade da reforma. O primeiro-ministro, John Key, quis tranquilizar as pessoas, assegurando que, se se levassem a tribunal os pais por darem uma ligeira bofetada ou um açoite, mudaria a lei.

A Family First, a ONG que promoveu o referendo e solicitou esta sondagem, pede ao governo que escute o clamor popular. Quatro em cada cinco (três em cada quatro entre as mães) pronunciam-se contra a proibição. Três em cada quatro não consideram que venha a servir para baixar a taxa de maus tratos a crianças. 45% das mulheres com filhos menores de 12 anos dizem ter-lhes dado alguma bofetada ilegal no último ano. Uma em cada quatro mães daria o seu voto nas próximas eleições a um partido que se comprometesse a alterar a lei. Outro dado significativo é que somente um terço dos inquiridos entende correctamente a lei.

A oposição à medida parece ter aumentado. No referendo, visto que a participação foi de 54%, reprovaram-na 46,8% dos eleitores (e só 7% se pronunciaram a favor), e pouco depois uma sondagem revelou 52% de opiniões contrárias, mais uns 27% que se contentavam em aplicá-la com maior flexibilidade em vez de a alterar. Dá a impressão, segundo interpreta a Family First, que muitos destes se têm vindo a juntar à rejeição da lei.

## **O que custa deixar o cadeirão presidencial em África**

Constituições retocadas, eleições canceladas ou manipuladas, repressão dos partidos opositores...

todas as estratégias têm sido utilizadas por parte de alguns gerontocratas africanos com o objectivo de se eternizarem na chefia do Estado.

Mesmo que tenham ensaiado uma espécie de sistema hereditário sem rei, como recentemente sucedeu no Gabão: a 8 de Junho de 2009 morreu Omar Bongo Ondimba, após quase 44 anos na chefia do Estado. A seguir ao breve mandato de um governo provisório, em Outubro desse mesmo ano, Ali Ben Bongo, o filho de Bongo Ondimba, assumiu o poder, impondo-se nas eleições.

Mas a opção pelas sagas familiares não é um fenómeno novo em África: na República Democrática do Congo e no Togo já tinha ocorrido algo parecido em 2001 e 2005, respectivamente. É o caso do próprio Egipto, onde, antes de estalar o conflito que levou à queda de Mubarak, os rumores já situavam o seu filho - que presidia ao partido político do seu pai - na próxima chefia do Estado. Hoje esta possibilidade parece ter desaparecido. E, no entanto, é de perguntar o que teria acontecido se o Egipto não tivesse sido contagiado pelos protestos iniciados na Tunísia.

Quanto aos procedimentos, se os golpes de Estado estiveram na moda para aceder ao poder nos anos 70 e 80, agora, para apoderar-se do cadeirão presidencial, tem havido preferência pela manipulação da constituição ou das eleições. Este é precisamente um dos objectivos destes especialistas na manutenção do poder: não armar confusão.

Em 1979, um golpe militar levou Teodoro Obiang à chefia do Estado da Guiné Equatorial. Desde então até agora, foi reeleito em todas as eleições. Além disso, modificou os mandatos constitucionais que limitavam o número de vezes que podia ser reeleito. Todos os processos electivos foram qualificados de fraudulentos pela comunidade internacional. No último, obteve uns suspeitos 95,8% de todos os votos. Entretanto, a descoberta de importantes jazigos de petróleo converteu o país num dos maiores produtores de África. Dizer que é um dos mais prósperos seria ir demasiado longe.

A estratégia de Muammar Kadhafi na Líbia foi diferente, embora não muito mais subtil: de direito, não é chefe de Estado, nem tem nenhum título político oficial, pelo que se evita o embaraço de ter de modificar a constituição. Todavia, o seu controlo do país como líder da revolução continua a ser tão efectivo como quando chegou ao poder, graças a um golpe militar, em 1969. O que se alterou foi a sua política externa. Passou de uma ameaça devido à sua colaboração com o terrorismo islâmico, para a pouco e pouco ir suavizando a sua mensagem de modo a adaptá-la ao gosto da diplomacia ocidental. Este ano ocupa uma cadeira na Comissão da ONU para os direitos humanos.

Outro que ganhou gosto pelo poder foi Robert Gabriel Mugabe. Em 1987 chegou ao poder no Zimbabwe, e com quase 87 anos continua a ganhar

eleições: as últimas em 2008, nas quais obteve 85,5% dos votos. Como todas as anteriores, elas foram qualificadas de fraudulentas pelos observadores internacionais. Após Mubarak, Mugabe perde um dos seus companheiros do insigne clube dos dirigentes octogenários: em África já só é acompanhado por Abdoulaye Wade (83), presidente do Senegal, embora este esteja «apenas» há 11 anos no poder.

O presidente dos Camarões também está em vias de morrer no poder. Aos seus 78 anos, Paul Biya acumula 29 anos de poder. E não parece ter em perigo o cargo: nas últimas eleições obteve mais de 70% dos votos, e o seu partido controla 140 dos 180 lugares com que conta a única câmara legislativa. Por acaso, se o desejar, Biya, o presidente da república, tem poderes para alargar ou encurtar a legislatura conforme lhe pareça ou não oportuno.

Outro que arranjou as coisas para ir eliminando os limites ao seu poder foi Yoweri Museveni, presidente do Uganda desde 1986. Além de acumular os cargos de presidente da república e chefe de governo, em 2005 fez modificar a constituição para poder ser reeleito sem limites.

A história de Denis Sassou Nguesso é mais complicada. Pouco depois de a República do Congo ter obtido a independência, tratou de adaptar o marxismo à realidade do país. A experiência não funcionou e em 1992, nas primeiras eleições democráticas, perdeu o poder. No entanto, a guerra civil de 1997 devolveu-lhe a chefia do país. A sua política provocou vários rebeldões posteriores e actualmente vive-se numa calma tensa com os rebeldes.

<b>Políticos africanos com mais anos no poder</b>			
Chefe de Estado	País	Anos no poder	Idade
Muammar Kadhafi	Líbia	42	75
José Eduardo dos Santos	Angola	32	69
Teodoro Obiang	Guiné Equatorial	32	68
Robert Gabriel Mugabe	Zimbabwe	31	87
Mohamed Hosni Mubarak	Egipto	30	85
(perdeu agora o poder)			
Paul Biya	Camarões	29	78
Denis Sassou Nguesso	Rep. Congo	27	68
Yoweri Kaguta Museveni	Uganda	25	67
Blaise Compaoré	Burkina Faso	24	60

F. R.-B.

## **Cinco razões pelas quais os regimes árabes estão a cair**

O professor de Ciências Políticas na Universidade do Cairo, Moataz A. Fattah, afirma no *Christian Science Monitor* (8 de Fevereiro de 2011) que a perda de legitimidade sofrida por regimes como o de Hosni Mubarak não se vai resolver apenas com a formação de novos governos. Fattah enumera cinco desafios que ajudam a compreender melhor a decadência em que vivem hoje os regimes árabes.

### **Desafio biológico (gap geracional)**

Existe um desfazamento geracional entre os velhos governantes e uma maioria dos jovens. Actualmente, 65% dos egípcios são menores de 30 anos. A taxa de desemprego entre os cidadãos dos 18 aos 29 anos atinge os 25% e muitos dos que têm trabalho não se dedicam àquilo para que estudaram.

Somente 1% dos jovens egípcios estão filiados nalgum partido, o que leva a pensar que não se sentem representados politicamente. Os jovens não têm uma relação com a memória histórica dos seus pais. O facto, por exemplo, de Mubarak ter sido o chefe da força aérea na guerra contra Israel em 1973 não significa muito para as novas gerações.

### **Desafio geológico (petrodólares e capital social)**

No passado, contar com recursos naturais como petróleo ou fosfatos era uma grande vantagem. O controlo destes elementos, e da água, conferia a estes regimes uma certa legitimidade nos anos 70 e 90.

No entanto, o bem-estar obtido através destes recursos não tem o mesmo efeito positivo hoje. Existe um aumento importante da procura de educação livre, de saúde e de emprego. Como demonstra o Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, o regime de Mubarak foi incapaz de transformar o seu capital monetário em capital social.

### **Desafio religioso (Islão e democracia)**

Alguns islamistas demonstraram um maior compromisso com a democracia que os autocratas seculares que governam na região. O argumento de que os actuais governantes travavam o possível auge islamista desvaneceu-se quando ficou demonstrado que estes últimos são em muitos casos menos violentos e radicais que aqueles que os governam. É cada vez mais difícil alegar que os islamistas são seguidores dos líderes da Al Qaeda.

### **Desafio tecnológico (a juventude do Facebook)**

As mudanças mencionadas não seriam possíveis sem o impacto da tecnologia que permitiu aos muçulmanos estabelecer ligação ao mundo exterior. As antenas parabólicas e a Internet mostraram-lhes o que acontecia na Geórgia, na Ucrânia, na Tunísia e

noutros países. Os jovens egípcios encontraram nas redes sociais uma liberdade de expressão que antes não tinham, apesar da resistência por parte das autoridades a aceitar que «a juventude do Facebook» fosse a juventude do seu país.

### **Desafio ideológico (Nem nasserismo nem islamismo radical)**

Para os egípcios desvaneceu-se o encanto pelas ideologias não democráticas dos anos 50 e 60, como o nasserismo (nacionalismo árabe) e o islamismo radical. Estas ideologias perderam o seu significado depois de várias décadas de independência formal, corrupção generalizada e o colapso do modelo soviético. As palavras «reforma» e «mudança» começam a ser as mais utilizadas nas ruas árabes.



## **O RAPAZ DO PIJAMA ÀS RISCAS**

The boy in striped pajama

Realizador: Mark Herman

Actores: Vera Farmiga; Asa Butterfield

Música: James Horner

Duração: 94 min.

Ano: 2009

Um filme duro e cru passado durante a II Guerra Mundial. Uma família alemã tem de abandonar a sua casa rica, confortável e bem mobilada para ir viver para o campo. O pai fora nomeado responsável nazi de um campo de concentração. Quer subir na carreira e na hierarquia, pelo que aceita esse cargo. A sua nomeação é festejada. A mulher e os filhos acabam por ter de o acompanhar, embora com relutância. A restante família opõe-se... há atitudes que marcam uma personalidade e acabam por traçar um destino.

A nova casa deles localiza-se fora dos muros de arame farpado. Não possuem liberdade de movimentos e não se pode comunicar com ninguém que não pertença ao regime. Um professor vem dar umas aulas particulares aos filhos. Um dia o rapaz vai explorar o jardim. Ao aventurar-se pelos bosques circundantes, vai deparar com uma vedação de arame farpado. Encontra uma criança do outro lado. Apesar

de não perceber bem em que consistia ser «prisioneiro» fala com ele e ficam amigos.

A mulher do oficial nazi vai constatando o que se passa... a dada altura não suporta mais as injustiças que se estão a praticar. Enfrenta o marido: como é que ele tolerava ser cúmplice de tamanha iniciativa? O filho houve estas discussões. Também ele se vai dando conta da realidade em que está inserido. Um dia repara como um outro oficial nazi que os acompanhava resolvera cortar as ligações com a família, denunciando o próprio pai à polícia, actuando sem escrúpulos para ser promovido, seguindo apenas os seus próprios interesses pessoais. Esse jovem oficial impunha medo ao rapaz, levando-o até a acusar cobardemente o seu pequeno amigo judeu para se livrar de uma situação delicada. No entanto, dá-se conta do erro e decide corrigir algumas das atitudes incorrectas cometidas para com o seu amigo preso no campo. Procura ajudá-lo e acabará por demonstrar com factos ao pai o horror das suas atitudes...

### **Tópicos de análise:**

1. As decisões tomadas reflectem-se em primeiro lugar no próprio sujeito.
2. A ambição cega, conduzindo-se pelo interesse pessoal e alheio ao dos outros.
3. Servir é uma prova do poder real e não a prepotência.
4. O triunfo à custa dos outros é pago a um preço *miserável*.